

Nos Estados, não há ação preventiva

Para o ministro Paulo de Almeida Machado, da Saúde, a medicina preventiva praticamente inexistente hoje a nível das Secretarias de Saúde, estaduais e municipais, o que acarreta uma sobrecarga nos serviços curativos. Para o ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, da Previdência Social, a assistência médica só no futuro poderá responder à altura das necessidades da população, pois até agora sua preocupação foi recuperar o tempo perdido e reorganizar a rede de atendimento.

Enquanto os dois ministros responsáveis pela saúde dos brasileiros preocupam-se com suas respectivas áreas, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, responsável pela compatibilização dos programas setoriais, acompanha as ações de um e de outro através do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA —, cujo coordenador da área de saúde, Eduardo de Mello Kertesz, é de opinião que a estrutura de saúde, formada secularmente por pressões e interesses, não pode mais responder aos imperativos da atual estratégia do desenvolvimento social do País.

Segundo Eduardo Kertesz, as principais distorções da política de saúde do Brasil são a falta de proporcionalidade na distribuição de recursos em função da repercussão social das diversas enfermidades e da irracionalidade técnica quanto ao momento exato para combater às doenças. Ele observa

que milhões de crianças e adultos continuam expostos a enfermidades perfeitamente evitáveis ou de fácil tratamento, enquanto recursos vultosos são aplicados na tentativa de recuperação de males crônicos ou degenerativos, com resultados duvidosos e mais onerosos. Por outro lado, sempre são alocados maiores recursos no tratamento do que na prevenção de doenças, o que resulta em sobrecarga nos hospitais — fase mais cara da medicina —, quando saneamento básico, alimentação ou simples vacinação muitas vezes resolveriam o problema.

Durante o ano de 1974, morreram 1.242 pessoas nas capitais estaduais em consequência de tétano, difteria, sarampo e coqueluche, doenças que, ao que observou o ministro da Saúde, poderiam ter sido evitadas com a vacinação das populações. O Ministério da Previdência Social, através da Central de Medicamentos, destina as vacinas aos órgãos estaduais e municipais de saúde, mas parte delas não é aplicada por falta de recursos técnicos e humanos dos executores.

Para o coordenador de Saúde do IPEA, a organização brasileira do setor saúde é falha, ao separar em campos distintos a saúde pública da medicina curativa, esta com a previdência social e aquela com o Ministério da Saúde, e alocando recursos em função da capacidade de arrecadação dos órgãos, o que deixa as ações preventivas desamparadas.